



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**AS VOZES DA CRISE: JUSTIÇA, DEMOCRACIA E PROGRESSO NA
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO BRASILEIRO MÉDIO**

Arilda Arboleya

arildaarboleya@gmail.com

Universidade Federal do Paraná

Brasil

Arthur Viana da Silva

artthur_vs@hotmail.com

Instituto Superior do Litoral do Paraná

Brasil

Gustavo Lima da Silva

gustsilva20@gmail.com

Instituto Superior do Litoral do Paraná

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Os complexos processos políticos experimentados pelo Brasil recentemente, particularmente radicalizados no correr do ano de 2016, expuseram as tensões de uma nação ressentida de si mesma, na medida em que se diagnostica a corrupção como traço imanente ao padrão político comportamental nacional. O prognóstico popular corretivo projetado a partir daí, não diverge em essência da solução historicamente veiculada nos momentos de crise anteriores, como o revisitar do pensamento social brasileiro nos permite perceber: emerge fácil um ideário autoritário como recurso de saneamento do país, que pretende recuperar as experiências ditatoriais como expoente de períodos de boa governança. Tal ideário alicerça-se numa representação social das categorias progresso, justiça e democracia, desvinculando-as dos impasses da desigualdade social, das garantias jurídicas fundamentais e das competências de ajuizamento e escolha pelos sujeitos sociais – conjuntos semânticos que compõem o eixo da disputa ideológica contemporânea no país. Tendo este cenário em tela, compete avaliar o grau de abrangência dessa perspectiva entre os brasileiros médios, visando captar como tais categorias são significadas e como tais significações orientam suas condutas e posicionamentos políticos. Para tanto, emprega-se um duplo esforço metodológico: num primeiro movimento, recorre-se a aplicação de questionários de escala social a três grupos geracionais distintos, internamente subdivididos por gênero, condição econômica e grau de escolaridade, com vistas a perceber a transversalidade desse ideário e seu alcance. Num segundo movimento, se empregará entrevistas em profundidade buscando perceber como as trajetórias dos sujeitos agem sobre a construção dos significados políticos que atribuem as categorias em tela. Este exercício permitirá conhecer o entendimento corrente e a expectativa popular acerca da justiça

ABSTRACT

The complex political processes experienced by Brazil recently, particularly radicalized in the course of the year 2016, exposed the tensions of a nation resentful of itself, to the extent that corruption is diagnosed as an immanent trait to the national behavioral political pattern. The projective popular prognosis projected from there, does not diverge in essence from the solution



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

historically conveyed in the moments of previous crises, as the revisiting of Brazilian social thought allows us to perceive: an authoritarian ideology emerges as an easy resource for the country's sanitation, which intends to recover the dictatorial experiences as an exponent of periods of good governance. Such an ideology is based on a social representation of the categories progress, justice and democracy, separating them from the impasses of social inequality, fundamental legal guarantees and the competences of judgment and choice by the social subjects - semantic sets that make up the axis of the contemporary ideological dispute in the country. Taking this scenario into account, it is the task of assessing the degree of comprehensiveness of this perspective among average Brazilians, aiming at capturing how such categories are meant and how these meanings guide their conduct and political positions. For this purpose, a double methodological effort is employed: in the first movement, the use of social scale questionnaires is applied to three distinct generational groups, internally subdivided by gender, economic condition and educational level, in order to perceive the transversality of this and scope. In a second movement, in-depth interviews will be used to understand how the subjects' trajectories act on the construction of the political meanings that attribute the categories on screen. This exercise will allow us to know the current understanding and popular expectation about justice.

Palavras-chave

Crise, Justiça, Democracia

Keywords

Crisis, Justice, Democracy



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Este trabalho congrega resultados preliminares de uma investigação em andamento que tem por objetivo verificar como brasileiros médios – pessoas comuns, enredadas no cotidiano de trabalho sem engajamento político – dão significado às categorias políticas “progresso”, “justiça” e “democracia”. Tais categorias são elencadas por constituírem o conjunto semântico heurístico da atual crise política brasileira, levedada em diálogo conflitivo com os marcos da democratização institucionalizada em 1988.

Contextualizando: se controverso impeachment de Dilma Rousseff em 2016 representa um desfecho da disputa entre grupos de interesses concorrentes, ele não foi um “raio em céu azul” – suas raízes estão na continuada competição dos significados sociais acerca da democracia no Brasil e, com ela, do que é progresso e justiça. O crescente de manifestações massivas no país desde 2013 exemplifica isso: embora iniciado num senso de convulsão sem agenda política definida, logo assumiu conotação desafiadora da própria solidez das instituições políticas brasileiras. Tal desafio se expressa no “repertório de confronto” (Tilly, 2008) mobilizado pelos grupos em de protesto, quando a cadeia de argumentos veiculados nas reivindicações populares instrumentalizou representações de pátria, valores políticos e morais, Estado e benesses sociais, desatentas das obrigações democráticas apregoadas na Constituição de 1988.

Circulando numa nota de ativação patriótica, tais argumentos operacionalizaram transversalidade ao diagnóstico da corrupção como marca endêmica da política nacional, fortalecido pela continuidade dos escândalos mesmo após a troca de comando antecipada, conformando um tom de deslegitimação das próprias instituições políticas.

Nesse enredo, não sem concorrências ideológicas, reaqueceu-se a circulação de prognósticos autoritários para saneamento nacional fundamentados na aferida ineficácia das instituições democráticas na proteção do bem público – vista, além dos casos generalizados de corrupção, na violência e insegurança pública e no desencaixe dos valores morais gerado na destradicionalização da vida social. Guardada a variação de formas e a complexidade do fenômeno, que contém diversas facetas historicamente construídas, chama atenção o modo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como o repertório autoritário-conservador mostra-se renitente no cotidiano prático das pessoas, nas redes sociais, no número de grupos organizados nesse alinhamento ideológico, na defesa aberta de um ideário contrário à lógica de direitos e tolerância estabelecida em 1988.

Assim, nossos impasses políticos contemporâneos não são conjunturais. São o balanço crítico de um modelo político que projeta – em essência normativa e não sem imperfeições –, desverticalizar relações sociais numa sociedade que se aprendeu naturalmente verticalizada, peculiarizando um sistema hierárquico de prestígios sociais e de distribuição do poder em suas dinâmicas de socialização. Esse modelo político em avaliação questiona o atavismo de uma forma de navegação social fixada historicamente na mobilização de privilégios, sugerindo acionar uma navegação pelos direitos. Por assim ser, na medida em que tal essência normativa intentava converter-se em prática social, atritava com as semânticas sociais fluentes, desembocando no estado de crise.

O atual contexto crítico expõe, assim, a dificuldade de equacionar demandas democráticas universalistas (direitos amplos como significado de justiça e progresso), frente à racionalização liberal na periferia (meritocracia crua). Então, nessa pluralização democrática institucionalizada, recrudesceu-se a reação conservadora catalisada na debacle econômica, publicizando posturas autoritárias antes retidas na esfera privada, localizando aquelas pluralidades como ícones simbólicos, causas da crise.

Os escândalos de corrupção perfizeram, portanto, o gatilho conjuntural da crise, instrumentalizado nessa concorrência ideológica acerca da democracia. Dar, assim, voz aos brasileiros que experimentam seus cotidianos cruzados por tal conflito, perscrutando o grau de abrangência e profundidade do repertório autoritário, é esforço fundamental do desvendamento da própria crise e do que compete à Justiça nela.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceitual

A despeito de ter definido “crise” como uma “situação sem precedentes”, logo sem quadro de referência equivalente para orientar análises, Hannah Arendt (1972) recomendava recorrer ao passado para pensar o presente, pois, olhar a história permite compreender os elementos em disputa numa sociedade.

Nisso se coloca a conflituosa relação do Brasil com a democracia. Foi ela que se perdeu no passado tornando-se de complexa materialidade contemporânea, vista atual politização canalizada ao recrudescimento conservador-autoritário, logo, à negação da democracia como substância do modelo societal (Sallum, 2017). De outro modo, é como se a crise se fizesse para reacomodação dos atores em seus lugares-símbolo constituídos no intercuro histórico de nossa socialização. Por isso, olhar a realidade brasileira contemporânea é dispor-se a discutir “fenômeno político mais recorrente no processo histórico brasileiro, o autoritarismo” (Silva, 1991, p. 13).

Arraigado no imaginário social desde a colonização, este óbice foi se adaptando no curso da história nacional, conjugando-se nas reconfigurações modernas sem alterar-se substancialmente, e segue impactando sobre as instituições republicanas no Brasil e sobre a construção da cidadania política. Por esse ângulo, Carvalho (2013) aponta que, embora a ideia de República fora firmada constitucionalmente em 1988, ela não se teria materializado, dado que os “repúblicos” ainda não seriam cidadãos, pois distantes da gnoseologia de direitos e afeitos à gnoseologia autoritária da doação: o bom político localizado na figura patriarcal que tem poder, autoridade e benevolência.

Assim, nosso processo peculiar de formação – colonização portuguesa, escravidão e posição periférica na divisão internacional do trabalho (Fernandes, 1981, 2010) – resultou numa espécie de política de messianismo: o brasileiro se coloca sempre à espera de um “salvador da pátria”, postura essa de efeitos drásticos sobre a democracia substantiva fixada em nosso ordenamento jurídico, uma vez que, esse senso de fascinação pela “autoridade”, reforça a longa tradição patrimonialista que converte cidadão em ator subserviente.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nisso percebe-se a plasticidade do autoritarismo brasileiro singularizado: não se renega o direito de escolher governantes, mas escolhe-se uma autoridade investida de licença autoritária, pois legitimada na mitificação de suas habilidades. Nessa imbricação semântica entre o adjetivo “autoridade” e os substantivos “autoritário” e “autoritarismo”, reside, portanto, nexos inteligível da vida política brasileira e da atual crise: o difícil arranjo entre liberdade (individualmente valorizada) e negação da lógica de direitos enquanto base societal, porque afeita na lógica dos privilégios.

Assim, Avritzer (2017) pondera que, o próprio processo de elaboração e transição institucional teria sido marcado por uma continuidade viciosa entre o regime autoritário e o democrático, na medida em que as anteriores elites autoritárias se converteram em elites partidárias gerando, por conseguinte, impunibilidade aos responsáveis por violações de direitos humanos no regime militar. Nessa configuração, haveria mesmo uma continuidade jurídica autoritária, firmando uma justiça omissa quanto à ordem democrática estabelecida.

Nesse sentido, a despeito de fatores como o fortalecimento dos partidos políticos, das instituições de *accountability* e da liberdade de escolha popular dos governos, o contexto crítico atual evidenciaria que “não tivemos, no caso do Brasil, a derrota do autoritarismo e sim um interregno pactado” (Avritzer, 2017, p. 21).

É disso expoente a publicização do repertório que defende uma agenda conservadora patrimonialista, desafiando a própria condição de direitos embaixadores da lógica republicana vigente no Brasil – a democracia em conotação substantiva inscrita na seguridade social fixada em 1988. Olhar, assim, para esse processo de construção do tecido social nacional nos permite perceber a crise não como um mal súbito, mas antes como clímax de tensões sociais agregadas num contexto delongado. Essa crise estopim só se faz inteligível se tomada nessa conotação de feixe social amplo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodologia

Para verificar como os brasileiros médios significam os elementos nodais desse conflito entre autoritarismo e democracia deslindado na crise – quais sejam, as categorias “progresso”, “justiça” e “democracia” – opera-se a conjugação de um duplo esforço metodológico. Primeiro, visando medir a intensidade quantitativa das opiniões no jogo semântico entre o diagnóstico da corrupção e os prognósticos autoritários, aplicamos Escalas Sociais de Likert à uma amostra de 500 “brasileiros médios”. Proporcionalmente subdivida entre grupos geracionais e categorias de gênero, a coleta se deu de modo assistemático por acessibilidade, abarcando diferentes nichos socioeconômicos, escolares, profissionais e religiosos em distintas regiões do país, embora com concentração maior no Paraná (estado sede dos pesquisadores).

Depois, para perceber como aquela complexidade sócio-política age na construção das representações sociais, empreendemos também um esforço metodológico qualitativo, realizando 22 entrevistas abertas, igualmente subdividas de modo proporcional entre grupos geracionais, gênero, renda e escolaridade. Coletadas no sertão nordestino, zonas interioranas do sul e cidades metrópoles, esta variedade interna dos atores é justificada como instrumento de verificação de convergência semântica em trajetórias distintas.

Os dados, coletados entre junho e agosto de 2017, contemplam uma diversidade de atores homogeneizados da categoria analítica “brasileiros médio” que, já alertava Fernandes (1981), são portadores sociais de manutenção ou transformação social.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análises e discussão de dados

O que pensam os “brasileiros médios” sobre justiça, democracia e progresso? O conflito entre o projeto democrático e a matriz de sociabilidade autoritária permeia suas representações políticas? Os dados coletados nessa pesquisa, evidenciam que sim. Observe-se abaixo:

Tabela 1 Diagnóstico da Corrupção			
	O problema do Brasil é a corrupção	Todo político é corrupto	O povo brasileiro é corrupto
Concordo totalmente	43%	13%	9%
Concordo	52%	50%	58%
Não sei	1%	8%	9%
Discordo	3%	27%	20%
Discordo totalmente	1%	2%	4%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

Consonante a estes elevados índices de concordância com as afirmações de que a política, o povo e o Brasil, como um todo, são caracterizados pela corrupção, o ressentimento com essa condição emerge amargo nas falas dos entrevistados: “hoje eu defino o Brasil como um dos países mais corruptos que existe. Tenho vergonha de morar aqui...”, lamenta a auxiliar administrativa de 47 anos e ensino superior. Na mesma chave, o engenheiro agrônomo de 62 anos protesta: “Minha vontade de ir embora é grande... A hipocrisia corre solta... ao mesmo tempo que se critica o que está acontecendo, vão negociar vantagens com os políticos e acham que isso não é corrupção”. A universitária de 22 anos arremata: “é um país corrupto e isso está em sua essência, não apenas na política, mas também na população que sempre tenta tirar vantagem em qualquer circunstância...”.

Emerge desse repertório a deslegitimação das instituições políticas em si: “eu enxergo política [como] um negócio pra fazer dinheiro”, comenta um trabalhador manual de 44 anos e ensino básico, consonante ao funcionário público de 47, mestre em direito do trabalho, para quem um governo ditatorial “não seria a solução, seria a consequência” de uma democracia



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

institucionalizada, mas não realizada. Repertório semelhante ao da professora de 68 anos que indentifica “uma descrença” total, que faria dum governo ditatorial “uma solução e tanto”. Embora recusando esse remédio autoritário, o supervisor escolar nordestino de 39 anos também projeta em seus argumentos igual deslegitimação das instituições políticas: “o cenário político atual de nosso país vem mostrando que tanto o Congresso como o Senado federal tornaram-se verdadeiros balcões de interesses próprios e negócios escusos”.

Quando indagados, porém, acerca das razões que teriam levado a esse quadro, os entrevistados fornecem pistas, mas não articulam objetivamente essa incipiência institucional, vinculando-a a elementos de ordem sócio-histórica e, muito acentuadamente, ao despreparo político do “povo”. Nessa imbricação, estruturam-se implicações semânticas importantes para a captação dos impasses da democracia no país. Observe-se o gráfico a seguir:



Gráfico 1. O povo não sabe votar.

Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

Esse entendimento de incapacidade de escolha popular, afirmado por 87% dos respondentes, fundamenta a circulação de um ideário deslegitimador da validade democrática. Assim, opiniões difundidas, aparentemente sem gravidade, são portadoras discretas da sociabilidade política autoritária brasileira, que atacam a capacidade de proteção do bem público pela prática democrática: se as instituições não funcionam e o povo não está em condições de usufruir delas,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

elas não têm um valor em si.

Nisso, se 85% dos respondentes concordaram com a assertiva “a democracia contribui para o progresso nacional”, 69% deles concordaram também que “a democracia não funciona no Brasil”, agravados ainda por outros 10% que, se não confirmaram essa assertiva, tão pouco a infirmaram. Ou seja, grande maioria daqueles que entendem democracia como agente de progresso, indicam também sua inoperância no país. Quais os sentidos sócio-políticos atuantes na produção desses dados? Ao indagarmos, nas entrevistas qualitativas, acerca dos efeitos da democracia para o país, obteve-se acentuada ambiguidade como produto, como exemplifica fala do balconista de 28 anos:

Querendo ou não, é boa até: nós somos meio que livre, nós podemos manifestar se não gosto de alguma coisa. Mas... se for querer botar em prática, a gente só vai ficar ali [*expressão de vazio*]. No fim, ela não é adequada.

Essa ambiguidade cruza quase todas as falas, ressaltando, de um lado essa essência de liberdade e a possibilidade de escolha como algo positivo, mas objetivamente inadequado no país, seja em razão da atribuída “aversão que o brasileiro tem pela política” (professora universitária nordestina), seja pelo uso impróprio que os políticos fazem dela, seja ainda pela fraqueza de seus mecanismos institucionais. A democracia figura, assim, como princípio equidistante, “um sonho” (funcionário público de 47 anos). Nisso, se de um lado emergem votos de confiança – “eu acredito ainda na democracia, acho que ainda é melhor alternativa” (pastor evangélico, 38 anos) – de outro lado, no balanço entre esse ideal bonito e a realidade da corrupção recorrente, muitos respondentes acabaram assumindo um entendimento radicalizado: “a democracia acabou com o país. Eu queira que o nosso governo fosse uma ditadura” (agricultor aposentado).

Dois traços semânticos se alinham então: I - dificuldade ampliada em firmar um entendimento objetivo sobre democracia; II - localização dessa “tal democracia” como a causa dos males nacionais (pequenos e grandes), recaindo na recusa de sua face substantiva. Quanto ao primeiro ponto, observe-se a instabilidade das respostas dadas à pergunta “o que você entende por democracia”:

A gente nem entende o que é isso aí... (Dona de casa aposentada).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Não é totalmente rígido mas também não é liberal (Professora aposentada).
É... nós temos direitos, mais direitos do que obrigações (Pensionista de 62 anos).
É o livre-arbítrio, a pessoa escolhe o lado certo ou errado... (Mecânico de 61 anos).
Ah... é no sentido de ser bem feita, nas coisas corretas (Professora de 53 anos).
Democracia é a liberdade da pessoa votar (Trabalhador manual de 49 anos).
Democracia é os direitos que nós... eles dizem que nós estamos em um país democrático, mas nós não estamos, porque nós somos obrigados a pagar o que eles querem de imposto (Agente administrativa de 47 anos).
Acho que a democracia é um direito de liberdade para escolher (Autônoma, de 46 anos).
É quando a vontade do povo prevalece através do voto direto em seus representantes governamentais (Supervisor escolar, 39 anos).
Garantir a representação de pessoas de todas as classes sociais, brancos, negros, religioso, ateus, artistas, classes de minorias... (Pastor evangélico de 38 anos).
Eu entendo que a democracia é negócio né, que como se fosse um tema livre né... mas é outra coisa que também só tá no nome, porque a democracia a gente não tem né (Balconista, 28 anos).
É um sistema de governo que elege seus representantes através de eleições populares (Universitária de 22 anos).

Impressiona o fato de que jovens na faixa dos 20 anos silenciaram frente à questão, não conseguindo formular opinião sobre o tema. Isso denota o quanto a palavra democracia soa sem efeito para muitos populares, bem como, o quão distante parece estar de seus cotidiano, reafirmando a tese da sociabilidade autoritária do brasileiro, oriunda de seu processo histórico de formação na periferia do mundo e cotidianamente reinventada.

Nessa mesma chave reside a problemática relativa ao ponto II: a forma como a democracia é frequentemente iconizada como causa dos males nacionais. Ou seja, vincula-se a liberdade democrática aos micro e macros problemas que o país enfrenta – do desrespeito interpessoal à violência generalizada e à corrupção como marca. Nessas leituras, presentes em falas de idosos e jovens, de católicos e protestantes, de maior ou menor faixa de renda, com escolaridade avançada, média ou básica, emerge um entendimento da democracia como significado de impunidade, ao passo em que os períodos não democráticos são simbolizados como períodos de ordem social e institucional ampla:

Hoje em dia tá roubo de mais, corrupção, assaltos... tá muito largado. Nós não temos segurança, nós não temos polícia... São poucos os que são honestos. A corrupção acho



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

que não acabaria, mas daria um jeito digamos assim, em roubos assaltos, bandidismo, que tá demais... antigamente [regime militar] não tinha. (Agente administrativa, 47).

O grande impasse decorrente desse ideário é o ataque ao princípio elementar do modelo jurídico de 1988 – a democracia substantiva societal. Direitos amplos passaram a ser vistos como permissividade ao crime e ataque à cultura do mérito:

Tem muito favorecimento, o povo se acomoda naquela situação em que está, é bolsa família, é gás, é ajuda escolar, então tudo isso aí é o comodismo... (Evangélico de 49 anos).

O Brasil tem essa cultura de coitadinho. [...] são criados naquela cultura de que alguém tem que ajudar eles, mas se plantar, colhe... [...] E nós brasileiros somos assim... Eu vou lá, pego um peixe, asso esse peixe na hora do almoço, como, e vou dormir. (Pastor, 38 anos)

Quando a pessoa quer progredir ela tem que se esforçar pelo seu mérito. Por exemplo, uma pessoa, se ela se esmera, se esforça, corre atrás dos seus objetivos, ela tem progresso. (Professora católica de 68 anos)

Observe-se que o conceito de progresso projetado nesse ideário localiza o indivíduo isolado como seu autoprodutor, restando ao Estado apenas garantir as dinâmicas de competição fluída, não as benesses sociais: “progresso pra mim é um sonho que você vai realizar futuramente... Progredir financeiramente, progredir no estudo...” (Mecânico de 49 anos); ou “progresso é você trabalhar e sempre ter uma qualidade de vida melhor, conseguir alcançar aquelas coisas ali, aí sim é progresso” (Trabalhador manual, 44 anos)

É marcante, assim, o descolamento entre o conceito de progresso e a ideia de comunidade projetado nestes repertórios. Não por acaso, a maior dispersão nos dados quantitativos aparece na avaliação da representação de progresso vinculada ao autoritarismo:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

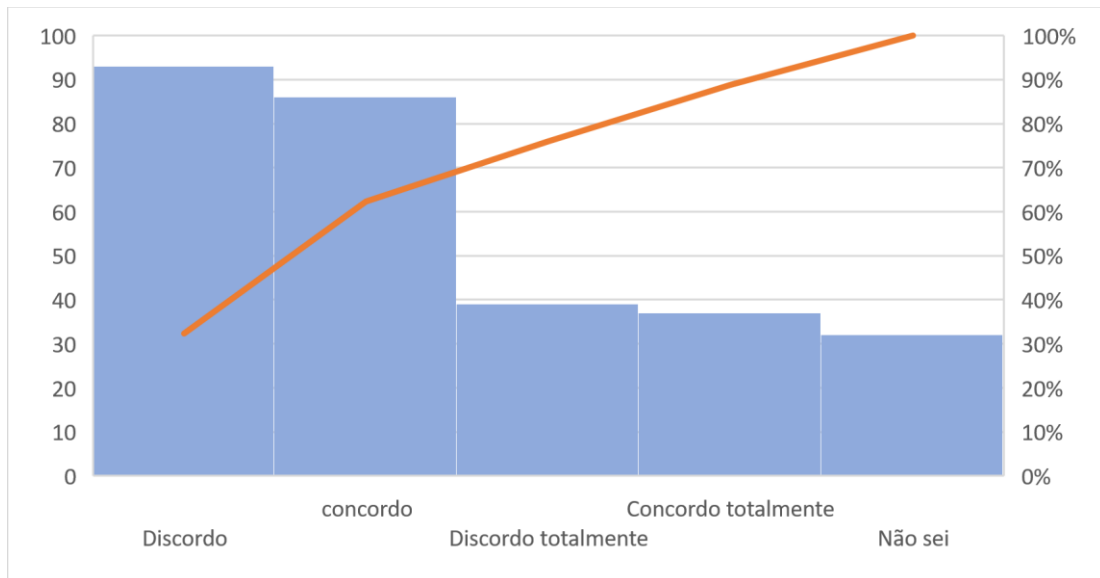


Gráfico 2. Em situações de crise econômica é preferível um governo autoritário

Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

Nessa construção semântica reside a caris marcante do messianismo político: “coloca um presidente bom ali”, é o antídoto à crise que aparece nas falas dos entrevistados, aqui iconizado por um jovem de 23 anos trabalhador manual que não sabe dizer o que é democracia. É essa a marca singular do autoritarismo à brasileira: seja na figura “um homem bom” projetada pelo jovem de baixa escolaridade, seja na figura “precisamos de um líder” veiculada pelo engenheiro agrônomo de 62 anos de elevada escolarização e perfil crítico-reflexivo, o repertório se reafirma insistente – a solução para os problemas nacionais não passa pelo empoderamento popular, não está no princípio de comunidade, ela é recorrentemente localizada pelas mais diversas fontes na elevação de um mito político, investido de poder, autoridade e benevolência (caráter, procedimento e ideação autoritária). Isso é tanto mais fortalecido se pensarmos que apenas 23% dos respondentes afirmaram concordar com a assertiva “o regime militar é a solução para o Brasil”. Não se dispensa o direito de escolha, como as próprias falas acima, de certo modo indicam, mas se quer eleger o dominador carismático, não o gestor da *res pública*.

Resta uma questão: o que estes brasileiros, com este perfil conformado em nossa trajetória sócio-política, esperam da justiça? Observe-se os dados abaixo:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 2 Expectativas acerca da Justiça		
	A justiça não funciona no Brasil	É mais importante garantir a ordem que seguir as leis
Concordo totalmente	30%	12%
Concordo	49%	34%
Não sei	5%	15%
Discordo	14%	31%
Discordo totalmente	2%	8%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

Em que pese o fato de conceberem a Justiça como ator altamente depreciado (79% concordam com a máxima “a justiça não funciona no Brasil”), os brasileiros médios a veem como instrumento capital de correção das mazelas nacionais, todavia, numa perspectiva de intervencionismo judicial alicerçado mesma na lógica do messianismo político. O indicativo preliminar disso está no impressionante percentual de 46% de respondentes que manifestaram concordância com a secundarização do devido processo legal, igualmente agravado pelos outros expressivos 15% de respondentes que não confirmaram nem infirmaram a assertiva.

De modo geral, esse ressentimento com a Justiça provém do fato de não entendê-la justa. É generalizada entre os entrevistados a percepção de que a justiça só pesa sobre os ombros dos pobres: “Não tem punição! Se você rouba uma galinha, você vai pra cadeia. Se você rouba um milhão, você fica livre?”, se revolta o agricultor aposentado de uma zona interiorana do Paraná; ou “um presidente, outros tantos que são condenados, ficam aí, de boa, apartamento... agora o coitadinho que rouba uma galinha ali, pronto! Vai lá pra cadeia, e demora pra sair”, completa um trabalhador de zona urbano metropolitana. Esta justiça, então, é representada no imaginário coletivo não como um instrumento de garantias universalistas, mas como mecanismo de blindagem social e reforço das mazelas políticas: “é falha, é demorada, é onerosa. A Justiça é só pra quem tem dinheiro”, lamenta a comerciante de 46 anos e escolaridade média, complementada pelo funcionário público de 47 anos, com mestrado em direito: “o sistema judiciário brasileiro existe para manter o status quo. A justiça penal existe para preto, puta e pobre. A justiça trabalhista serve para manter o trabalhador no cantinho dele, subjugado, recebendo miséria”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nessa configuração, os populares não encontram legitimidade na instituição republicana “sistema jurídico”. Novamente, não a engenharia institucional, mas uma personalidade em destaque localizada num determinado agente jurídico é o recurso salvacionista projetado nas falas dos entrevistados – reforço da construção do mito. Este agente é convertido semanticamente na figura do “vingador público”, que agiria independentemente de regras e leis pré-estabelecidas para salvar a integridade do país e acabar com a corrupção:

A gente tem que confiar no juiz, ele estudou tudo, passou por tudo né, ele já sabe quando a pessoa tá certa ou tá errada... aí a gente tem que confiar mais na parte dele... (Balconista, 28 anos, ensino médio)

Eu acredito piamente na força de um juiz honesto. Na mídia fala muito do Meritíssimo Juiz Sergio Moro. Ele é um, tá fazendo um trabalho excepcional... (Mecânico, 61 anos)

Ah, nós temos agora o Sergio Moro, que é uma pessoa que eu acho que, se não matarem ele né, que você sabe do tipo que é o Brasil quando alguém começa a querer levar para o lado certo e eles já eliminam. Então se os novos que estão vindo seguir o exemplo dele, espero que o país melhore. (Agente administrativa, 47 anos, ensino superior).

Novamente, o impasse posto nisso é a deslegitimação do aparelho republicano democrático em si e da lógica de direitos. Nesse sentido, os 46% de respondentes que corroboram a secundarização do devido processo legal se fundamentam em argumentos como: “tem leis que servem para ‘proteger’, mas acabam protegendo o que não deve e isso acaba gerando uma bagunça, porquê... ao invés de estar ajudando acaba prejudicando... porque uma coisa está errada e era para estar certa” (estudante de 20 anos); ou “a justiça tenta fazer seu trabalho, mas **por causa das leis** ela não consegue fazer muita coisa” (trabalhador urbano, 44 anos, católico). Recobra-se aqui os elementos do autoritarismo, firmado na construção de um perfil de justiça (a expectativa popular em relação a ela) como um ente supralegal, extra procedimentos fixados nos princípios democráticos. É um “Deus Punidor”, legitimado na autoridade da causa – acabar com o “banditismo”, acabar com a “vagabundagem”, acabar com a corrupção.

Estas posturas, em muito irrefletidas, contém, portanto, o elixir de reconversão continuada e sustentada da sociabilidade política autoritária nacional, firmado na constante recusa ao princípio de comunidade, ao empoderamento popular como estratégia de transformação social, bem como no insistente esforço de consagração de um novo mito político e/ou jurídico – com poder e autoridade, benevolência e arbitrariedade.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em suma, na representação social do brasileiro médio, “a democracia não existe”, o progresso tem vinculação quase nula com a lógica dos direitos amplos que configuram a democracia substantiva de nosso ordenamento jurídico, e a justiça não é vista como um órgão garantidor de direitos, mas é valorizada como vingador supralegal. No imaginário coletivo, portanto, toda a engenharia do sistema político juridicamente configurado em 1988 está envolta numa densa cortina de ilegitimidade.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

Na imbricação semântica entre, de um lado, democracia, progresso e justiça, e de outro, autoridade, autoritário e autoritarismo, se compreende o *télo* essencial da crise política enfrentada no país atualmente: ela é produto do difícil equacionamento entre um modelo societal democrático legitimado pelas demandas sócio-políticas delongada no país e a forma insistente de socialização pelos privilégios, e não pelos direitos, logo, patrimonial e autoritária.

Antevendo as disputas eleitorais de 2018, uma série de pesquisas tem surgido no país com vistas a avaliar a abrangência da tendência autoritária entre os brasileiros. Muitas delas têm demonstrado, com satisfação, que não estaríamos assim tão abertos à intolerância democrática. Todavia, é preciso não esquecer a lógica do autoritarismo – senso psicológico, senso administrativo e senso ideológico – bem como a sociabilidade autoritária entranhada na construção de significados sociais no país, que se apresenta não exatamente de modo objetivo, mas de modo internalizado nas pequenas coisas que legitimam as grandes e que não são problematizadas, do que são mostra as falas dos entrevistados aqui mobilizadas. Estamos, por certo, aprendendo a ser democráticos. Mas esse aprendizado leva tempo, um tempo que talvez coloquem em risco a própria sustentação das instituições políticas democráticas.

Nesse sentido, as emboscadas da democracia brasileira residem em nossa dinâmica funcional: ditadura não, mas autoritário por princípio sim. Por isso, para entender o Brasil de hoje, é preciso olhar o Brasil de sempre, ou seja, sua forma progressiva de mudar, mantendo em seus pilares estruturais inalterados.

Por isso mesmo, se em 1823 José Bonifácio enviou representação à Assembleia Constituinte onde afirmava ser a escravidão um câncer que corroía a vida cívica e impedia a construção do Brasil enquanto nação, igual teor tem hoje a desigualdade em sua face material e simbólica, pois é ela que obstaculiza a materialização de uma sociedade efetivamente democrática, porquanto recoloca constantemente as formas de produção de significados sociais que agem na conformação das condutas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Se a democracia como elemento substantivo da sociedade é possível no Brasil: sim! Recusamos qualquer atavismo ou marca genética. Mas, como? Aqui entra o papel elementar da justiça: a ela deve caber a responsabilidade central pela estabilidade democrática e pela produção das condições de aprendizado social da democracia. Como já indicava Boaventura de Souza Santos (1996), a justiça precisa ser democrática para que uma sociedade o seja.

Assim, se como os dados expostos nessa pesquisa indicam, o brasileiro médio – agente de importância capital para a manutenção ou transformação de um modelo social – é ainda hoje formado numa sociabilidade autoritária, a justiça precisa garantir os meios de apresentação, propagação e concorrência ideológica da forma democrática substancial que fundamenta a própria essência do modelo jurídico constitucionalmente firmado.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

Arendt, H. (1972). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

Avritzer, L. (2017). Democracia no Brasil: do ciclo virtuoso à crise política aberta. *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. (pp. 19-30). Belo Horizonte: UFMG.

Carvalho, J. M. (2013). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fernandes, F. (1981). *Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Fernandes, F. (2010). *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo.

Sallum, B., Jr. (2017). A crise política de 2015-16: para além da conjuntura. *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. (pp. 31-47). Belo Horizonte: UFMG.

Santos, B. S. (1996). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

Silva, J. L. W. et al. (1991). *O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Tilly, C. (2008). *Identities, boundaries and social ties*. Boulder: Paradgm.